

Quinta-Feira, 22 de Outubro de 2026

PF Centraliza Investigações sobre Fábio Luis Lula da Silva em Único Inquérito para Acelerar Apurações

Polícia Federal agrupou dados sobre Lulinha em uma única investigação visando agilizar apuração de tráfico de influência

A Polícia Federal realizou a consolidação de todas as informações referentes a Fábio Luis Lula da Silva, conhecido como Lulinha, em um único procedimento investigativo. Essa estratégia foi implementada com o objetivo de potencializar o andamento das apurações sobre eventual tráfico de influência dentro da administração federal.

Durante a Live CNN da quarta-feira (21), o especialista em segurança pública Elijonas Maia esclareceu a manobra processual. "Como os dados estavam dispersos, a PF optou por concentrar tudo em um único inquérito, denominado caso Lulinha", relatou o analista.

De acordo com Maia, as investigações envolvendo o INSS e o Master encontram-se paralisadas em uma situação de incerteza jurídica, enquanto os procedimentos investigativos relacionados ao possível tráfico de influência, que tramitam sob supervisão dos ministros André Mendonça e Flávio Dino, não enfrentam a mesma situação de travamento.



Flávio impõe condições para aceitar desafio de Lula sobre sigilo



O Grande Debate: CPMLs sobre Lulinha e Flávio Bolsonaro vão sair do papel?



Lulinha entregou sigilos a Mendonça e pode prestar depoimento, diz advogado

O filho do presidente está sendo investigado por possível tráfico de influência, com a matéria sob análise do Supremo Tribunal Federal. O processo investigativo originou-se de inquérito anterior relacionado a descontos indevidos direcionados a beneficiários do INSS.

A partir dos dados levantados naquele processo, abrangendo o acesso aos dados de Lulinha e correspondências obtidas nas operações realizadas, a corporação policial reuniu novos indicadores para inaugurar procedimentos investigativos autônomos perante a corte constitucional.

Além de consolidar os procedimentos, a PF solicitou ao STF uma extensão do período investigativo de sessenta dias para prosseguir com as apurações.

Elos e conexões sob escrutínio da corporação

Entre os elementos fundamentais das investigações figura a trajetória da executiva Roberta Luchsinger, identificada pela corporação como agente de influência que atuou para viabilizar negócios na máquina estatal para seu conglomerado e para Lulinha. Conforme os achados, Lulinha funcionaria como intermediário responsável por "facilitar acessos" para tal grupo.

Um dos supostamente beneficiados pela ação de Lulinha seria Antônio Camilo Antunes, cognominado "careca do INSS", empresário com quem o filho presidencial manteve associação em companhia de produtos derivados de cannabis e realizou deslocamentos, incluindo jornada a Portugal.

A instituição federal já havia requisitado internamente ao departamento de inteligência um mapeamento abrangente de toda a trajetória de deslocamentos de Lulinha conjuntamente com Antônio Camilo Antunes, além de dados concernentes a transferências monetárias, hospedagens e movimentações patrimoniais.

Esse mapeamento seguiria em simultaneidade à revisão das operações financeiras de Lulinha, cuja abertura foi autorizada pelo STF no princípio do exercício atual.

Posicionamento da defesa frente ao pedido investigativo

Como contestação ao pleito de extensão, a equipe jurídica de Lulinha emitiu comunicado qualificando as novas demandas solicitadas pela corporação como "a expressão mais cristalina e legítima de fishing expedition".

Segundo explicação do analista Elijonas, trata-se de "investigação exploratória, tentativa de obter alguma evidência em procedimento que já se encontra em andamento, mas que não apresenta elementos concretos, conforme parecer dos defensores".

A equipe de defesa reafirmou que, mesmo após o acesso aos registros financeiros de Lulinha, nenhuma constatação foi realizada que sustentasse o prosseguimento das investigações.

As investigações passaram a mencionar Lulinha quando declarante informou à corporação federal que ele teria auferido pagamento recorrente de trezentos mil reais mensais de Antônio Camilo Antunes mediante intermediação da executiva Roberta Luchsinger.